



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA**

197ª REUNIÃO ORDINÁRIA

25 DE AGOSTO DE 2011

ATA

1 Às nove horas do dia 25 de agosto de dois mil e onze, no Auditório do Edifício Sede
2 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, localizado no Setor
3 Comercial Sul – Bloco B, Quadra 09 Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate Torre
4 A, 8º Andar, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos das Criança e
5 do Adolescente/CONANDA, sob a Presidência da Ministra Maria do Rosário Nunes.
6 Estiveram Presentes os **Conselheiros Governamentais Titulares:** Sra. Maria do
7 Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos e
8 Presidente do CONANDA; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi, Representante da Casa Civil
9 da Presidência da República; Sra. Thereza de Lamare Franco Netto, Representante
10 do Ministério da Saúde/MS. **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sr. Alfredo
11 Bernardo Pereira da Silva, Representante da Secretaria de Políticas de Promoção
12 da Igualdade Racial/SEPPIR; Sr. Francisco Antônio de Sousa Brito, Representante
13 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Sra. Maria de
14 Lourdes Magalhães, Representante do Ministério da Saúde/MS; Sra. Juliana de
15 Moura Gomes, Representante do Ministério das Relações Exteriores/MRE; Sra.
16 Salete Valesan Camba, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da
17 Presidência da República/SDH/PR; Sr. Luiz Henrique Ramos Lopes, Representante
18 do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; **Conselheiros Não-Governamentais**
19 **Titulares:** Sra. Miriam Maria José dos Santos, Representante da Inspeção São
20 João Bosco – Salesianos e Vice-Presidente do CONANDA; Sr. Fabio Feitosa da
21 Silva, Representante da União Brasileira de Educação e Ensino/UBEE; Sra.
22 Maristela Cizeski, Representante da Pastoral da Criança/Confederação Nacional dos
23 Bispos do Brasil/CNBB; Sr. Carlos Nicodemos, Representante do Movimento
24 Nacional de Direitos Humanos/MNDH; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva,
25 Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr. Alexandre Cruz de

26 Oliveira, Representante das Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sr. Andrea Franzini,
27 Representante da Pastoral do Menor – Confederação Nacional dos Bispos do
28 Brasil/CNBB; Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda, Representante da Ordem dos
29 Advogados do Brasil/OAB; Sr. Diego Vale de Medeiros, Representante da
30 Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores
31 Públicos da Infância e da Juventude/ABMP; Sra. Sandra Maria Francisco de Amorin,
32 Representante do Conselho Federal de Psicologia/CFP; Sra. Adriano de Britos,
33 Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sr.
34 Francisco Rodrigues Correa, Representante da Federação nacional dos
35 Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Sra. Iralda
36 Cassol Pereira, Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.

37 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Tiana Sento-Sé,
38 Representante do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social/IBISS; Sr.
39 Antônio Dantas, Representante da Força Sindical/FS; Sra. Tânia Mara Dornellas dos
40 Santos, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na
41 Agricultura/CONTAG; Sr. José Rubens do Amaral Zaitune, Representante da
42 Sociedade Brasileira de Pediatria/SBP; Sra. Alessandra Mara França,
43 Representante da ONG Criança Segura; Sra. Paula Passos Fernandes de Carvalho,
44 Representante da Fundação ORSA; Carmen Silveira de Oliveira, Secretária
45 Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Coordenadoria-**
46 **Geral do CONANDA:** Sr. Luís Otávio Daloma, Coordenador-Geral do CONANDA;
47 Sra. Lilian Cordeiro Prates, Assessoria Técnica do CONANDA. **Convidados:** Sr.
48 Vicente de Paula Faleiros, Professor da Universidade de Brasília/UnB; Sra. Maria
49 Luiza Moura Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Paulo
50 Bonilha, Representante do Ministério da Saúde; Sra. Telma Maranhão,
51 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o
52 Adolescente Luiz Pereira Kakaharada Júnior, Representante da Comissão
53 Organizadora da IX Conferência. **Pauta: 1)** Abertura; **2)** Apresentação das Políticas
54 Públicas para Crianças e Adolescentes e Ações para o Plano Decenal dos
55 Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego; **3)**
56 Convênio Portal dos Direitos da Criança (Auçuba) – Análise do Projeto; **4)** Relato
57 das Comissões Permanentes; **5)** Propostas da Sociedade Civil para o
58 Fortalecimento do Conselho; **6)** Encerramento da Assembleia. **Abertura da**
59 **Assembleia.** A Conselheira Miriam Maria José dos Santos, Vice-Presidente do
60 CONANDA, abriu a reunião cumprimentando a todos e dando-lhes as boas vindas.
61 Solicitou breve apresentação dos demais e passou a palavra à Presidente do

62 Conselho, Ministra Maria do Rosário Nunes, que saudou a todos e destacou a
63 importância da reunião do Comitê Nacional de Combate à Violência Sexual que
64 ocorreu naquela semana em Porto Velho, Rondônia, cujo tema foi centrado nos
65 grandes empreendimentos e a exploração sexual. Informou que nesta reunião foi
66 apresentada carta de Porto Velho, a qual repassaria aos demais, além de reiterar
67 documento entregue no dia 18 de maio, denominado 18 compromissos no
68 enfrentamento a violência sexual contra criança e adolescentes, e foi referida
69 também a importância que o CONANDA analisasse e deliberasse sobre o Plano
70 Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual. **Apresentação das**
71 **Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes e Ações para o Plano Decenal**
72 **dos Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Trabalho e**
73 **Emprego.** Incumbido de fazer a a primeira apresentação, o Conselheiro Fábio
74 Meirrelles Thardman de Castro, Representante do Ministério da Educação/MEC,
75 apresentou os conselhos, comissões, comitês e grupos de trabalhos que o MEC
76 participava e atinentes à criança e ao adolescente, bem como o próprio CONANDA
77 e o Grupo de Trabalho Interministerial do Plano de Convivência Familiar e
78 Comunitária, dentre outros. Destacou algumas ações desenvolvidas pelo MEC:
79 formação continuada com cursos presenciais e semipresenciais de profissionais de
80 educação, professores, gestores, diretores, coordenadores pedagógicos,
81 profissionais de saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, conselheiros de
82 direitos, operadores de justiça; Produção de materiais didáticos e pedagógicos;
83 plano de intervenção educacional nas escolas pelos graduandos como trabalho de
84 conclusão de cursos; Projeto Escola que Protege, com a criação de uma comissão
85 gestora local e a realização de eventos, um sobre o dia mundial contra o trabalho
86 infantil e o outro sobre o dia nacional contra a exploração sexual; revisão e
87 atualização do guia escolar de identificação de sinais de abuso e exploração sexual
88 de crianças e adolescentes; programa de formação Ética e Cidadania, cujo público
89 são sempre dois estudantes por escola, dois professores, um gestor e um membro
90 da comunidade local; implementação da Lei 11.525, com curso semipresencial
91 vinculado à rede universidade aberta do Brasil, além do projeto ECA nas Escolas;
92 publicação em 2011 de quatro edições sobre a Lei 11.525; pesquisa sobre violência
93 com grupos focais, professores, funcionários, técnicos administrativos, pais,
94 estudantes e gestores de educação. Após, apresentou as ações desenvolvidas de
95 acordo com o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.
96 Objetivo estratégico 1.3: cuja meta era ampliar entre 2012 e 2015 em 100% a
97 formação em educação de direitos humanos; objetivo estratégico 1.5: ampliação em

98 100% dos profissionais formados no Projeto Escola que Protege e no ECA nas
99 Escolas; objetivo estratégico 2.2: previsão de aumento de 100% da atuação do MEC
100 nos 150 municípios prioritários para a implementação do projeto Escola que Protege
101 de acordo com o índice de faltas de justificativas relacionadas a abuso, exploração
102 sexual, trabalho infantil e maus tratos; objetivo estratégico 2.6: ampliar o número de
103 atendimentos escolar de crianças de zero a cinco anos em três vezes através do
104 Programa Pró-Infância; objetivo estratégico 2.8: triplicar o atendimento do Programa
105 Mais Educação, estratégia do governo para indução da agenda de educação integral
106 e jornada ampliada; objetivo estratégico 2.9: implementação nacional das leis 10.639
107 e 11.645, de acordo com o plano nacional de implementação das diretrizes
108 curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, da história e
109 cultura afro-brasileira; objetivo estratégico 2.12: expansão da rede federal do
110 Programa Brasil Profissionalizado e implementação do Programa Nacional de
111 Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/PRONATEC; objetivo estratégico 3.3:
112 implementação do protocolo nacional de proteção a crianças e adolescentes em
113 situação de desastres e calamidades; objetivo estratégico 3.6: o MEC encaminhou o
114 plano de ações para o plano nacional de erradicação do trabalho infantil do MTE;
115 objetivo estratégico 3.9: publicação e distribuição da terceira edição do guia escolar;
116 objetivo estratégico 3.11: fomentar a ação da ficha de encaminhamento de casos
117 para identificação, notificação, encaminhamento de denúncias ou suspeitas de
118 violência até 2015; objetivo estratégico 12.1: inclusão no edital de 2011 de temas
119 como a atenção integral a família, erradicação ao trabalho infantil, combate ao abuso
120 e exploração sexual, juventude em desenvolvimento social, direitos humanos,
121 promoção e ou prevenção a saúde, violência urbana, inclusão social do usuário de
122 drogas do Programa de Extensão Universitária do Ministério. Com isso, o
123 Conselheiro finalizou a apresentação colocando-se à disposição para futuras
124 apresentações. Isto posto, a Ministra Maria do Rosário Nunes passou à
125 apresentação do Ministério da Saúde. Com isso, o Representante do Ministério da
126 Saúde, Sr. Paulo Bonilha, destacou que apresentaria em linhas gerais as políticas
127 de saúde para criança dentro do Ministério da Saúde, considerando que todas as
128 metas e ações do plano decenal somavam quarenta e duas metas e sessenta e
129 nove ações. Destacou que o Ministério possuía 12 objetivos estratégicos, dos quais
130 o terceiro objetivo estratégico preconizava a promoção integral à saúde da mulher e
131 da criança, além da implementação da Rede Cegonha, um dos principais projetos
132 para viabilizar a mudança no cuidado à criança; o 12º objetivo estratégico
133 preconizava também a representação dos interesses brasileiros na saúde no campo

134 internacional, na partilha de experiências, tal como o apoio dado pelo Brasil na área
135 da sua rede de banco de leite para toda a América, mais os países da região ibérica,
136 Espanha e Portugal, além dos países africanos. Com isso, ateu-se ao objetivo
137 estratégico três, destacando a Rede Cegonha, que tinha por objetivo articular todos
138 os serviços relacionados à maternidade, como objetivo de combater a mortalidade
139 neonatal e materna no Brasil. Com relação às ações específicas à saúde da criança,
140 o Ministério aplicaria quinze milhões de reais e adotava a estratégia brasileira e
141 brasileiros saudáveis, cujo objetivo era garantir o suporte ao crescimento e
142 desenvolvimento da criança, em uma política de articulação intersetorial como a
143 assistência social, a educação, cultura e com a sociedade civil. Informou que havia
144 uma série de iniciativas ligadas à política nacional de aleitamento materno, tal como:
145 a Rede Amamenta Brasil, amamentação nos postos de saúde da atenção primária;
146 iniciativa Hospital Amigo da Criança; implementação do método Canguru, quando a
147 mãe fica o tempo todo com o seu bebê na posição canguru, que humaniza e traz
148 uma série de benefícios à saúde do bebê na maternidade; um novo projeto que
149 garantiria uma sala de amamentação para a mãe após a licença maternidade
150 denominado Mulher Trabalhadora que Amamenta; plano de qualificação da
151 maternidade com foco na atenção integral à saúde da criança; produção da
152 caderneta de saúde da criança; qualificação das parteiras tradicionais; promoção,
153 prevenção e proteção da saúde mental da criança; qualificação do programa Saúde
154 na Escola; criação de centros de parto normal; qualificação da atenção integral à
155 saúde das crianças e de suas famílias em situação de violência. Complementando
156 as informações, a Conselheira Thereza de Lamare Franco Netto informou que o
157 Ministério da Saúde priorizou três eixos em relação à saúde do adolescente, saúde
158 sexual reprodutiva, do adolescente em conflito com a lei e o crescimento e
159 desenvolvimento. Para tanto, foi elaborada uma caderneta de saúde de adolescente,
160 que contribuía para que os profissionais de saúde pudessem ter um olhar
161 diferenciado ao adolescente. Além de executar articulação intersetorial das políticas
162 públicas para o enfrentamento das violências contra adolescentes e jovens e
163 promoção da saúde dos mesmos. Destacou que o Ministério tinha por objetivo
164 investir nas mídias dos ministérios, nas mídias sociais em uma abordagem diferente
165 com a população adolescente. Por fim, o Sr. Paulo Bonilha destacou que cada uma
166 dessas de grandes linhas de ação tinham metas e ações que dialogavam com o
167 Plano Decenal. Seguindo as apresentações, a Sra. Telma Maranhão, representante
168 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destacou que foi
169 aprovada a lei 12.345, que regulava o Sistema Único de Assistência Social/SUAS

170 como uma política de estado de ações permanentes e o co-financiamento
171 obrigatório, de repasses do fundo nacional para os fundos estaduais e municipais.
172 Afirmou que até 2014 universalizaria os Centros de Referência da Assistência
173 Social/CRAS, sendo que faltavam apenas 126 municípios no Brasil sem CRAS.
174 Destacou que a proteção social básica tinha como meta de trabalho o fortalecimento
175 das famílias numa lógica de um trabalho coletivo no território, tendo como prioridade
176 a integração com os serviços e os benefícios, bem como o Bolsa Família. Informou
177 que seriam instaladas as equipes volantes dos CRAS, para atingir o meio rural, além de
178 dotar os CRAS itinerantes com embarcações para atender a Região Norte.
179 Ressaltou que o ministério priorizava trabalhar com as piores formas de trabalho
180 infantil, demandando uma estratégia intersectorial, inclusive da segurança pública, e
181 também construía metodologias para a população em situação de rua. Apontou que
182 dentro da média complexidade da proteção social, destacavam-se os Centros de
183 Referência Especializada em Assistência Social/CREAS, cujo serviço essencial era
184 o Programa de Assistência Especial às Famílias/PAEF, que garantia a proteção
185 especial das pessoas já com seus direitos mais graves violados por situação de
186 violência, abandono ou trabalho infantil. Indicou que atingia a cobertura de 60%
187 desses centros de referências especializados no Brasil. Todavia, encontravam
188 dificuldade no atendimento da família devido ao grande número de solicitações
189 judiciais. Informou que um novo serviço prestado seria o CREAS população de rua,
190 o que atingia jovens e adultos. Informou que naquele momento existiam 43 CREAS
191 regionais e a meta era atingir 413. Por fim, ressaltou a necessidade de um diálogo
192 para a construção de estratégias que garantissem a convivência familiar e
193 comunitária. Na sequência, o Conselheiro Luiz Henrique Ramos Lopes informou que
194 o MTE já desenvolvia os objetivos estratégicos 2.2 e 2.3 e, inclusive, eram incluídos
195 nos dois últimos PPAs e seriam inseridos 130 mil aprendizes até 2015. Com relação
196 ao eixo dois do Plano Decenal, proteção e defesa dos direitos, o MTE possuía
197 objetivo específico de ampliar e articular a política, programas, ações e serviços para
198 proteção e defesa das crianças e adolescentes e identificados em situação de
199 trabalho infantil. Com relação ao eixo cinco, gestão do Plano Decenal, ressaltou que
200 o Brasil era referência mundial no combate ao trabalho infantil. Findadas as
201 apresentações, a Ministra Maria do Rosário Nunes destacou que, à luz do Plano
202 Decenal, encontrava-se em processo a elaboração de um plano de ação que
203 mobilizaria um conjunto das pastas em torno da proteção integral e dos direitos das
204 crianças e adolescentes no Brasil e sugeriu a participação do CONANDA. Sugeriu
205 também a apresentação de outros Ministérios representados no CONANDA na

206 próxima plenária do Conselho. A Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu:
207 o monitoramento mais incisivo das ações apresentadas pelas comissões
208 permanentes do CONANDA; espaço nas plenárias para apresentação de projetos
209 nacionais da sociedade civil financiados pelo Fundo Nacional da Criança e do
210 Adolescente. A Conselheira Maria de Lourdes Magalhães sugeriu uma articulação
211 entre os ministérios para a criação de um protocolo único da notificação da violência
212 contra a criança e o adolescente. O Conselheiro Carlos Nicodemos sugeriu: uma
213 agenda interna do CONANDA de intersetorialidade e apropriação do que foi
214 apresentado; a apresentação também de fóruns da sociedade civil. Isto posto, a
215 Ministra Maria do Rosário Nunes sugeriu já dois fóruns para a próxima reunião.

216 **Propostas da Sociedade Civil para o Fortalecimento do Conselho.** A
217 Conselheira Miriam Maria José dos Santos justificou que a sociedade civil trazia
218 essas propostas devido à falta de condições de trabalho dentro do CONANDA há
219 algum tempo. Ao passo que a Ministra Maria do Rosário Nunes solicitou que a
220 equipe técnica do CONANDA se apresentasse, o que já atendia a primeira
221 demanda, que fariam as assessorias das comissões permanentes. Após, a
222 Conselheira Miriam Maria José dos Santos informou que a sociedade civil pleiteava;
223 a contratação de um assessor parlamentar e apresentava minuta de medida
224 provisória para criação de cargos no CONANDA e que a mesma fosse remetida à
225 Comissão de Reforma Política do CONANDA; o ressarcimento de despesas de
226 deslocamento feito pelos conselheiros desde a assembleia de abril de 2011, nos
227 termos do disposto no artigo 5.089 de vinte de maio; que a SDH apresentasse a
228 planilha de custos com os gastos nas assembleias do Conselho; o pagamento das
229 despesas dos adolescentes integrantes da Comissão Organizadora da IX
230 Conferência Nacional; a publicação das atas das assembleias no prazo máximo de
231 15 dias após a realização da assembleia; a confecção da ata concomitante à
232 ocorrência da assembleia; o funcionamento efetivo e a conclusão dos trabalhos pela
233 Comissão da Reforma Política; o funcionamento efetivo e a conclusão dos trabalhos
234 em setembro do corrente do Grupo de Trabalho dos Conselhos Tutelares; a
235 manutenção do Portal do CONANDA, instrumento importante de comunicação com
236 o público externo, conselhos de direitos e conselhos tutelares. Ao passo que a
237 Ministra Maria do Rosário Nunes, como recebia aquelas propostas naquele
238 momento, solicitou um prazo até a próxima assembleia para atender aos
239 requerimentos. Após, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos informou que a
240 sociedade civil ainda pleiteava: elaborar a política de comunicação para o
241 CONANDA; fortalecer a comunicação e harmonia institucional; estabelecer política

242 de articulação com os Conselhos dos Direitos estadual, do Distrito Federal e
243 municipal; promover a reforma política e administrativa dos Conselhos de Direitos;
244 desenvolver processos de planejamento e de gestão; estabelecer parcerias e
245 cooperação com os três poderes e os demais órgãos do estado; fazer incidência
246 junto ao PPA, LDO, LOA, no executivo e no legislativo; promover uma reunião com
247 os Ministros cujos Ministérios e secretarias compõem o CONANDA; reunião com o
248 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Casa Civil, Secretaria Geral de
249 Governo para apresentação das propostas de descontingenciamento dos recursos,
250 tanto para o CONANDA, quanto para área da infância e adolescência; audiência
251 com a Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, para a gente retomar o
252 compromisso que ela assumiu na campanha eleitoral. Isto posto, a Ministra Maria do
253 Rosário Nunes reafirmou o encaminhamento antes proposto. Proposta esta acatada
254 pelos demais. **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de Orçamento e**
255 **Finanças/COF.** O Conselheiro Carlos Nicodemos que a comissão sugeria a criação
256 de uma comissão mista e a mesma, conjuntamente com a COF, analisaria e
257 aprovaria ad referendum do plenário os projetos do Edital 2011 no décimo terceiro dia
258 do mês de setembro do corrente ano. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria
259 José dos Santos destacou que este foi item de discussão da Mesa Diretora, que
260 concordou com o proposto e adiu a sugestão de que os projetos que sem consenso
261 fossem analisados e deliberados pelo Pleno do Conselho. Após, o Conselheiro
262 apresentou minuta de resolução que de acordo com o seu Artigo 1º alterava o Artigo
263 7º da Resolução nº 137, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o
264 funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança
265 e do Adolescente, adequando-se à normativa 1.143, de abril de 2011 da Receita
266 Federal: O Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente não possui personalidade
267 jurídica própria, mas deve ser inscrito com o registro da matriz no Cadastro Nacional
268 de Pessoas Jurídicas/CNPJ. Ao passo que a Conselheira Glícia Thais Salmeron de
269 Miranda afirmou que preferia não votar favorável à matéria sem antes ter o domínio
270 e o conhecimento da necessidade da criação do CNPJ. O Conselheiro Fabio Feitosa
271 da Silva alertou que havia parecer elaborado pela Coordenação-Geral do
272 CONANDA a respeito do tema e solicitou que o mesmo fosse resgatado à
273 discussão. Devido ao impasse colocado, a Ministra Maria do Rosário Nunes
274 encaminhou pelo diálogo com a Receita Federal no âmbito da COF, juntamente com
275 os demais conselheiros interessados a fim de deliberar sobre o tema na próxima
276 assembleia do Conselho. Ao passo que a Conselheira Glícia Thais Salmeron de
277 Miranda solicitou subsídios e o citado parecer. Isto posto e não havendo nenhuma

278 contrariedade, o Conselheiro Carlos Nicodemos relatou que o próximo ponto para
279 deliberação era minuta de resolução que aprovava e dava divulgação ao plano de
280 aplicação para o exercício de 2011 dos recurso do Fundo Nacional da Criança e do
281 Adolescente. A Conselheira Salete Valesan Camba informou que o plano de
282 aplicação já foi objeto de discussão do Conselho e que o mesmo havia circulado por
283 e-mail a todos os conselheiros e não houve nenhuma manifestação acerca do tema.
284 Portanto, informou que era dada ciência da matéria e a mesma demandava apenas
285 a publicação. Esclarecido isto, a Resolução foi aprovada por unanimidade. Após, o
286 Conselheiro leu o Acórdão 810 de 2010 da segunda Câmara da lavra do Ministro
287 Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, que em seu item 1.7.2
288 determinava à Secretaria de Direitos Humanos abster-se de celebrar convênios com
289 entidades vinculadas a membro de conselhos institucionais da mesma, em atenção
290 aos princípios de moralidade e da impessoalidade esculpido no Artigo 37 da
291 Constituição Federal. Com isso, informou que a Secretária Nacional de Promoção
292 dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Carmen Silveira de Oliveira, informou
293 que não foram tomadas as diligências necessárias para o esclarecimento do
294 Acórdão por parte do CONANDA e, portanto, o Governo Federal, entendeu pelo
295 cumprimento de tal decisão e, como mecanismo de apuração desta vinculação em
296 relação ao CONANDA, convidaria os conselheiros deste colegiado a assinar
297 declaração manifestando não possuírem vínculo destes com as entidades
298 pleiteantes do Edital. Com isso, solicitou prazo para a elaboração de parecer pela
299 COF e que o mesmo fosse submetido na próxima assembleia. Todavia, o
300 Conselheiro Andrea Franzini sugeriu que o parecer fosse elaborado conjuntamente
301 com a SDH e o Fórum Nacional DCA. O Conselheiro Fabio Feitosa da Silva
302 consignou que a COF, na gestão passada, solicitou parecer da SDH, que, contudo,
303 não forneceu o parecer em tempo hábil. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria
304 José dos Santos reforçou ou exposto pelo Conselheiro Fabio Feitosa e sugeriu o
305 resgate nas atas. Sugeriu também uma discussão qualitativa em relação a um
306 projeto de lei de repasse de recursos fundo a fundo. Reinscrito, o Conselheiro Fabio
307 Feitosa da Silva lembrou que, na gestão passada e respeitando o acórdão, nenhuma
308 instituição com assento no CONANDA apresentou projetos ao Fundo. A Conselheira
309 Raimunda Núbia Lopes da Silva sugeriu, além do já proposto, uma comissão mista
310 para auxiliar na elaboração do parecer. Por fim, a Ministra acatou as sugestões e
311 encaminhou à SDH dar suporte à elaboração do parecer e à COF definir a
312 participação do Fórum nacional DCA. **Informe da Comissão Organizadora da IX**
313 **Conferência.** O Conselheiro Andrea Franzini informou que o Conselho precisava

314 definir a estratégia de presença dos conselheiros nacionais nas conferências
315 municipais, estaduais e livres. Para tanto, apresentou o cronograma das
316 conferências para que cada conselheiro se colocar à disposição e afirmou que era
317 necessário definir os critérios de participação nas conferências de municípios que
318 não fossem capitais. Ao passo que a Ministra Maria do Rosário Nunes sugeriu que,
319 independentemente da presença do conselheiro nacional ou não, o CONANDA
320 pudesse também oferecer e pedir aos coordenadores do processo de conferência
321 dos estados e dos municípios, através de recomendações, especial atenção à
322 conferência nos 150 municípios com o maior índice de vulnerabilidade do ponto de
323 vista do atendimento da violência contra a criança e adolescentes constatado
324 através do Disque Direitos Humanos. Acatada a proposta da Ministra, o Conselheiro
325 Andrea Franzini solicitou o prazo de uma semana para as indicações dos
326 conselheiros ao cronograma apresentado. Por fim, informou que tramitaria por e-mail
327 duas propostas de logomarca da IX Conferência para sugestões. Destacou ainda
328 que a comissão propunha a participação dos adolescentes nas assembleias. Para
329 tanto, os cinco adolescentes membros da comissão organizadora indicariam dois
330 adolescentes a cada assembleia, garantindo assim o protagonismo juvenil. Proposta
331 esta acatada por unanimidade. **Convênio Portal dos Direitos da Criança (Auçuba)**
332 **– Análise do Projeto.** A conselheira Iralda Cassol Pereira lembrou que foi
333 deliberado na assembleia descentralizada que a Comissão de Mobilização e
334 Formação consolidaria as alterações propostas pelos conselheiros ao projeto do
335 Portal Direitos da Criança e as aprovaria *ad referendum* do pleno. Com isso,
336 apresentou planilha de custos do Projeto e a mesma foi aprovada por unanimidade.
337 **Relato das Comissões permanentes – Comissão de Mobilização e**
338 **Formação/CMF.** A Conselheira Iralda Cassol Pereira informou que os seminários da
339 Cooperação SaferNet e SDH demandavam a indicação dos nomes dos conselheiros
340 interessado a disponibilização da logomarca do CONANDA. Ao passo que a
341 Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu que as indicações voluntárias
342 fossem feitas por e-mail. Informou que a Comissão solicitava um assessor para
343 auxiliar na elaboração do plano de comunicação do CONANDA. Ao passo que o
344 Conselho aprovou tal demanda, por meio da contratação de uma assessoria
345 específica. Por fim, a Conselheira informou que O Instituto de Desenvolvimento
346 Sustentável/IDEST não teve condições de apresentar a pesquisa censitária de
347 meninos e meninas em situação de rua. Com isso, a Conselheira Miriam Maria José
348 dos Santos sugeriu como encaminhamento que o referido instituto apresentasse
349 integralmente o resultado da pesquisa ao CONANDA e somente após a aprovação

350 do plenário é que seriam disseminados os seminários previstos. **Relato das**
351 **Comissões Permanentes – Comissão de Direitos Humanos e Ação**
352 **Parlamentar/CMF.** A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda informou que a
353 comissão: solicitava redefinição de data para a reunião com o TSE, motivado por
354 ofício do Conselho Estadual dos Direitos da Criança de São Paulo, que informou
355 prejuízo das eleições devido ao não empréstimo das urnas: a definição dos nomes e
356 a data de início dos trabalhos da Comissão de Revisão da Resolução nº 113 do
357 Conselho. Ao passo que o Conselheiro Andrea sugeriu que os coordenadores das
358 comissões permanentes indicassem os membros desta comissão e, sendo assim, a
359 Conselheira Glícia solicitou que os mesmos fossem indicados na segunda-feira
360 subsequente e foi definida a semana da realização da próxima assembleia para ser
361 celebrada a primeira reunião da comissão; ratificar a indicação do Conselheiro
362 Alexandre Cruz de Oliveira para participar de audiência pública sobre a Lei de
363 Adoção no Estado de São Paulo. Todavia, o Conselheiro abriu mão da participação
364 por conta da concomitância de eventos. Com isso, foi suscitado o nome da
365 Conselheira Aracélia Lúcia Costa, do Conselheiro Diego Vale de Medeiros e do
366 Conselheiro Marco Antônio da Silva Souza. Informou ainda que a comissão sugeria:
367 a apresentação de defensores da escuta especial como sendo a melhor alternativa
368 nos processos onde crianças e adolescentes são vítimas de abuso e exploração
369 sexual; oficina com a temática do toque de recolher. Todavia, a Conselheira Miriam
370 Maria José dos Santos sugeriu que o tema fosse tratado pela Mesa Diretora do
371 CONANDA e que a mesma definisse a pautar para a próxima assembleia. Informou
372 também que o toque de recolher era discutido conjuntamente entre a Comissão de
373 Políticas Públicas/CPP deste e a CPP do Conselho Nacional de Assistência Social.
374 **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de Políticas Públicas/CPP.** A
375 Conselheira Maria de Lourdes Magalhães informou que a comissão solicitava:
376 reunião da Comissão de Políticas Públicas do CONANDA com a Comissão de
377 Políticas Públicas do CNAS no dia 18 de outubro do corrente para discutir agendas
378 em comum, quais sejam: Medidas socioeducativas em meio aberto, função dessa
379 relação SINASE e com SUAS, toque de recolher, internação compulsória e grandes
380 obras; representação de dois conselheiros do CONANDA, paritariamente, no Comitê
381 de Enfrentamento ao Uso de Crack e Outras Drogas, além do Representante do
382 Ministério da Saúde. Para tanto, o Conanda aprovou a indicação da Conselheira
383 Raimunda Núbia Lopes da Silva. Por fim, informou que participou de audiência
384 pública da Comissão de Bebidas Alcoólicas da Câmara Federal representando o

385 CONANDA. **Encerramento.** Vencidos todos os pontos de pauta, a Conselheira
386 Miriam Maria José dos Santos encerrou a reunião.